



Entrevista com o professor João Adolfo Hansen (USP/UNIFESP)

Andréa Sirihal Werkema

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro / Brasil
aswerkema@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9454-601X>

Daniel Lago Monteiro

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo / Brasil
daniellagomonteiro1980@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6520-087X>

Maria Juliana Gambogi Teixeira

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais / Brasil
juliana.gambogi22@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-2711-9733>

Andréa Sirihal Werkema, Daniel Lago Monteiro e Maria Juliana Gambogi Teixeira: Professor Hansen, você tem insistido na necessidade de contextualizarmos nossas leituras e estudos para que tenhamos uma compreensão melhor dos fenômenos literários dos séculos XVII e XVIII, evitando o anacronismo e dando a esta textualidade um significado mais próximo das intenções de seu momento de produção. Você acredita que isso é realmente possível, à medida que perdemos grande parte deste horizonte de leitura? E quais poderiam ser as contribuições de uma leitura anacrônica de textos pesadamente convencionais?

João Adolfo Hansen: O anacronismo é sempre um etnocentrismo pois sempre universaliza a particularidade. Ou seja, só com idealismo se pode acreditar que, por sermos os últimos a aparecer por aqui, também somos os únicos e universais. Obviamente, nossa história é outra e perdemos os horizontes de leitura antigos. Mas é justamente porque os perdemos que podemos encontrá-los de novo, tentando evitar a universalização da nossa particularidade. Pelo menos parcialmente. Foi o que fiz no meu trabalho com as coisas coloniais, que recorreu também a métodos da arqueologia e

da antropologia. Isso porque a teoria literária brasileira e os procedimentos de constituição do cânone da literatura brasileira são e continuam sendo obviamente idealistas, românticos, comprometidos sempre com a ideologia nacionalista e com o idealismo alemão da *Bildung*, idealismo tido como universal, como em Antonio Cândido, *Formação da literatura brasileira*. Outros historiadores literários, por exemplo, Afrânio Coutinho, são nacionalistas. Ou católicos, como Alfredo Bosi. No fundo, todos se encontram no mesmo fundamento romântico-nacionalista comum. Por isso mesmo, quando falaram e ainda falam naqueles que os repetem tratando das coisas coloniais, disseram e dizem muitíssimas abobrinhas anacrônicas, evidenciando seu total desconhecimento delas.

Não acredito que leituras anacrônicas de textos pesadamente convencionais (e qual texto não é convencional, mesmo os ditos pós-modernos?) possam apresentar qualquer contribuição para o conhecimento histórico, artístico e crítico – a não ser contribuir para manter a geleia geral do idealismo alemão e a ideologia nacionalista romântica e modernista.

ASW, DLM e MJGT: *Seus trabalhos respondem, na prática, a um problema teórico que já rendeu e ainda rende muitos debates: o de como pensar as fronteiras entre história e literatura ou entre fato e ficção e, mais particularmente, de como lidar com a historicidade do objeto literário. Esses debates, em alguma medida, foram importantes para o seu esforço em combater os anacronismos tão frequentes na história literária? E se eles o interessam, quais problemas e autores te parecem particularmente importantes para um estudioso da literatura interessado nas suas interfaces com a história?*

JAH: Para lhe responder o que me pergunta, me lembro dos trabalhos de Michel de Certeau e, com ele, Michel Foucault, que me permitiram pensar as ditas fronteiras da ficção discutindo a sua historicidade. Depois, ainda, alguns trabalhos de Roger Chartier e outros historiadores franceses da École des Annales.

ASW, DLM e MJGT: *Hansen, o seu trabalho mais conhecido é dedicado à textualidade seiscentista – o que se costuma chamar, em currículos escolares, de literatura do Barroco. Como caracterizar as literaturas seiscentistas dentro do universo clássico, já que é praxe estudá-las em oposição ao Renascimento ou aos classicismos em geral? “Barroco”, “Classicismo”, “Romantismo” funcionam, ainda hoje, como etiquetas mais ou menos*

cômodas (ou muito incômodas!) para os estudiosos dessas literaturas. Como você encara essa terminologia? Seria possível se desembaraçar dela no trato (de pesquisa e de docência) com esse tipo de objeto?

JAH: A questão lembra que os currículos escolares chamam a textualidade seiscentista de “literatura do Barroco”. Vejam, a formulação lembra que a escola secundária e também a Universidade reproduzem sem mais a ideologia nacionalista. “Barroco” é idealismo alemão: é Riegl e Wölfflin. E “literatura” é uma invenção burguesa inexistente nas sociedades de Antigo Regime, que conheciam as letras e as belas letras. Em seguida, também sua questão sobre como caracterizar as “literaturas seiscentistas dentro do universo clássico” também é idealista, reproduzindo algum Kant e algum Hegel na base das teorias românticas das artes que inventaram “o Renascimento” etc. Essas terminologias estão todas comprometidas com o conceito evolutivo de tempo histórico do idealismo alemão, que é universalizado com elas: a Idade Média – o Renascimento – o Barroco etc. Seria possível se desembaraçar dessas terminologias? Foi justamente o que fiz no meu trabalho e ainda faço. Para tanto, recorri a outras disciplinas, como a arqueologia e a antropologia, que me permitiram pensar e definir a particularidade das práticas simbólicas sem recorrer a categorias e conceitos apriorísticos e idealistas de classificação. Obviamente, há uma intensa e enorme inércia, muitas vezes preguiça e ignorância na Universidade, onde obviamente é mais fácil reproduzir a ideologia idealista romântica etc.

ASW, DLM e MJGT: *Em sala de aula, nas universidades brasileiras, é cada vez mais difícil o ensino das nossas literaturas do Seiscentos e do Setecentos – convenção, distanciamento de contexto, desconhecimento histórico etc. As literaturas românticas ainda oferecem algum atrativo, mas mesmo essas têm se tornado distantes do gosto mediano do nosso aluno de Letras. Você sugere estratégias para reverter, ao menos em parte, tal desinteresse, ou isso seria inevitável?*

JAH: Vocês me desculpem, mas desde que Deus morreu, no final do século XVIII, a crítica é infinita, pois nenhum universal é mais admitido. Assim, não diria “nossas literaturas do Seiscentos e do Setecentos”. Não são literaturas. São ficção. E Seiscentos e Setecentos são classificações temporais evolucionistas, idealistas, kantiano-hegelianas. E não são “nossas”. Esse possessivo plural as inclui numa comunidade nacionalista que elas não conheciam. Prefiro pensar na particularidade da materialidade de

práticas simbólicas situadas e datadas, sem recorrer a classificações prévias, dedutivas, que as engessam em noções idealistas. Quanto ao que diz do “nossa aluno de Letras”, pouco ou nada tenho a dizer sobre a ignorância. O gosto mediano desse aluno é formado pelo imaginário pequeno-burguês dos *media* televisivos e eletrônicos e também de cultos evangélicos. Não tenho realmente nenhuma sugestão de estratégias para reverter tal desinteresse. Afinal, o que esses alunos procuram em cursos de Letras? Para falar francamente, nunca me interessou animá-los. Sílvio Santos é animador de auditório. Somos professores universitários, acredito, e nossa função é outra. Se os alunos de Letras não têm interesse nos objetos que têm de estudar, azar o deles, sempre pensei: na Universidade pública, a porta da rua também é serventia da casa, eles podem sair, livremente, assim como entraram, e dedicar-se a outras coisas que lhes interessem etc. Na USP, enquanto fui professor, sempre foi – e fui – assim. Provavelmente, sou muito chato. Mais ainda agora, quando estou muito velho e a ralé bolsonarista está aí ditando regras e até fazendo a gente acreditar que o João Dória é um iluminista...

ASW, DLM e MJGT: *Embora a literatura francesa não seja o seu recorte principal, é evidente, em seus trabalhos, que você conhece e mobiliza os autores franceses dos seiscentos, assim como os seus principais estudiosos. Tendo em vista isso, como interpreta a persistência, ainda hoje, do recorte de tipo opositivo entre Barroco e Classicismo, como molde para se pensar o século XVII francês?*

JAH: A historiografia literária, também no caso francês, é constituída por pressupostos, categorias e conceitos idealistas, kantiano-hegelianos, retomados pelos nacionalistas românticos do século XIX. Nesse sentido, a oposição *barroco/clássico* ainda é muito usada para pensar o século XVII francês. Pascal é barroco? Ou clássico? Etc. etc. Acredito que as classificações não interessam. O que se tem que fazer é estudar os textos – por exemplo, os de Pascal – situando-os nas polêmicas do seu tempo, por exemplo nas lutas de católicos e protestantes e nas questões de Port Royal e nas referências gregas e latinas e teológico-políticas, cristãs, mobilizadas por Pascal etc. etc.

ASW, DLM e MJGT: *Professor, alguns manuais de história da crítica localizam no chamado período romântico uma mudança de atitude em relação à retórica clássica, o que, em partes, teria contribuído para a consolidação de gêneros literários modernos, como o romance, o conto, o ensaio de periódico e a crônica de jornal. Ao mesmo tempo, uma das*

marcas do período romântico é o cultivo de formas literárias herdadas da tradição. Assim, como você interpreta a permanência da retórica e temas clássicos nas formas literárias românticas e pós-românticas?

JAH: Diria que os românticos continuaram recorrendo a dispositivos retóricos, mas sem a normatividade das regras fixas dos gêneros antigos. Além disso, os temas ditos “clássicos” interessaram a eles ou pela generalidade de tratamento sentimental que admitiam ou, principalmente, por serem temas básicos na chamada *Bildung/formação* da nacionalidade. Em geral, você sabe, os romantismos foram nacionalistas. Lembremos Alencar. Ou Gonçalves Dias. Retomados por Mário de Andrade. E o Modernismo etc.

ASW, DLM e MJGT: *Um dos lugares-comuns atribuídos ao Romantismo pela crítica do século XX é a ideia do individualismo exacerbado ou o senso de isolamento do artista. Contudo, quando nos voltamos para os escritos críticos e filosóficos dos autores do período, esse lugar-comum, não raras vezes, se choca com a ideia da dissolução da identidade pessoal, finamente sintetizada na expressão de John Keats: “negative capability”. Ou ainda, como bem notou Octavio Paz, acerca de Wordsworth, “a imaginação não está no homem, ela é o espírito do lugar e do momento” (PAZ, 2013, p. 52). Na sua opinião, o quanto o estudo da literatura tem a enriquecer a partir da leitura cruzada entre a produção literária e a reflexão crítica e filosófica desenvolvida pelos próprios escritores?*

JAH: A leitura cruzada, como diz, da produção literária e da reflexão filosófica e crítica, tem tudo a ver para o conhecimento mais preciso das práticas e dos objetos artísticos. No caso brasileiro, devido a diversos condicionamentos, a produção literária sempre foi muito mais espontânea e mesmo mais espontaneísta que teorizada. O Romantismo e os discursos sobre a “inspiração” dominaram e dominam, quase sempre. São pouquíssimos os Machados de Assis e os Mários de Andrade e os Joões Cabrais. A reflexão teórica feita pelos próprios autores ou inexistiu ou foi rara ou foi tênué ou foi fraca e medíocre.

ASW, DLM e MJGT: *Recentemente têm sido noticiadas as ações de universidades estadunidenses (Princeton, por exemplo) que retiraram a obrigatoriedade de estudos de grego e latim (as línguas clássicas por antonomásia) de seus currículos porque elas estariam associadas a um “racismo sistêmico” nas culturas ocidentais e na própria história das universidades. Qual seria o impacto maior – ou a longo prazo – dessa revisão*

de um parâmetro de referência para os estudos clássicos no ensino e na aprendizagem de literaturas em geral? Qual a sua opinião sobre tais medidas?

JAH: Na minha opinião, o politicamente correto norte-americano é uma bobagem tipicamente norte-americana. Anos atrás, quando era professor na USP, trabalhei em Columbus, em Los Angeles, em Stanford, e fui convidado outras vezes para outros lugares de lá, como Yale, New Haven e Austin. Em todos eles, sempre era mais ou menos evidente esse politicamente correto. Quando fui dar um curso de Pós em Stanford, no primeiro dia de aula a secretaria da Faculdade me chamou e me deu conselhos: ficar sempre a um metro e meio de distância dos alunos, não pôr a mão no corpo de ninguém, ficar com a porta aberta durante entrevistas, não dizer nada que pudesse ofender raça ou crença ou gênero etc. etc. Quando terminou, me perguntou se eu tinha entendido. Eu então disse a ela: Se algum aluno ou alguma aluna tentar me violentar eu prometo que grito apelando para a Quinta Emenda e chamando a Cavalaria de vocês. Espero que John Wayne venha a tempo de me salvar, disse a ela, que então riu, muito sem graça, e me disse que estava *sorry* etc. Eles são radicalmente cínicos. “Racismo sistêmico” é legal, não é? Mas é possível negar que historicamente os gregos e os latinos estão na base da constituição das sociedades ocidentais? Obviamente, toda e qualquer sociedade sempre se julga o centro universal do mundo e as outras que se danem. Os gregos e latinos não foram bantos ou zulus ou apaches ou chineses ou vietnamitas. E daí? “Racismo sistêmico”? Obviamente, teríamos que rever Homero e jogá-lo fora – a guerra de Troia universaliza os valores gregos desprezando os troianos, não é? Mas não é sempre assim, historicamente? Como os americanos fizeram no Vietnã ou no Iraque e continuam fazendo na América Latina e lá entre eles mesmos. Quero dizer, enquanto eles discutem se ao discutir o sexo dos anjos a gente fala alto ou baixo ou usa luvas, continuam bombardeando e pilhando o planeta justificando suas ações imperialistas com sua pretensa universalidade de direitos humanos. A história sempre é tragédia. Pessoalmente, acho que os EUA são um país fascista e imperialista, *white and wasp*. Acredito que o papo do racismo sistêmico é uma bobagem que equivale ao que Marx chamou de ideologia.

Referência

PAZ, Octavio. *Os filhos do barro*. Tradução de Ari Roitman e Paulina Wacht. São Paulo: Cosac Naify, 2013. p. 52.